

Estado do Espírito Santo

PARECER

REF.: PROJETO DE LEI № 013/2025

AUTOR: PODER EXECUTIVO

1 - RELATÓRIO

O Projeto supramencionado visa autorizar o Poder Executivo Municipal a firmar acordo judicial e dá outras providências.

Cumprindo dispositivos regimentais, após a leitura em Plenário o Projeto de Lei foi enviado a esta Comissão para análise e emissão de parecer.

2 - PARECER

Cabe à Comissão de Constituição, Justiça e Redação, de acordo com dispositivos regimentais, opinar quanto ao aspecto constitucional, legal e jurídico das proposições.

Da análise do Projeto vê-se que o mesmo está de acordo com os dispositivos regimentais, em especial ao Art. 27, inciso XV da Lei Orgânica Municipal menciona que cabe a Câmara Municipal autorizar ou aprovar acordos, convênios ou contratos com entidades públicas e privadas, que resultem ou não em obrigações para o Município ou encargos ao seu patrimônio, não estabelecidos na Lei orçamentária.

No caso do Projeto é de competência do Poder Executivo tratar sobre tal matéria.

Diante do exposto fica evidente a constitucionalidade do Projeto, motivos pelos quais esta Comissão emite parecer favorável ao mesmo.

Muniz Freire/ES, 10 de julho de 2025.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

JOSÉ MARIA BERGAMINI

PRESIDENTE

ARÍSIO FONSECA DE MENDONCA

SECRETÁRIO

BRUNO MARQUES FELETTI

MEMBRO

